o que os outros estão fazendo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O GOVÊRNO ESTADUAL

O Govêrno do Estado de Minas Gerais assinou em dezembro do ano passado, com a Universidade Federal de Minas Gerais, convênio de intercâmbio e cooperação técnica visando à melhoria dos padrões de eficiência dos serviços públicos estaduais.

Segundo o Convênio, que terá a duração de dois anos, um grupo misto de servidores do Estado e da Universidade incumbir-se-á dos trabalhos necessários à concretização de seus objetivos. Dêsse grupo, o Presidente será designado pelo Governador do Estado, ouvido o Reitor da Universidade, e os demais membros serão indicados pelo Presidente e designados pelo Governador ou pelo Reitor, conforme o caso.

Estabelece o documento assinado que a preparação profissional e o treinamento técnico dos funcionários públicos estaduais continuarão a ser executados por intermédio do Instituto de Administração Pública (InAP) e que deverão ser criadas condições para expansão da renda pública e aplicação eficaz dos recursos através do aperfeiçoamento dos instrumentos tributários, dos processos de arrecadação, de elaboração do orçamento e de organização da contabilidade.

Entre os objetivos do convênio incluem-se também atividades de pesquisa e estudos tecnológicos para adoção de medidas objetivas necessárias ao aproveitamento, industrialização e emprêgo de matéria-prima, no Estado, tendo em vista seu progresso técnico-econômico.

A assinatura de tal convênio, cujos têrmos transcrevemos a seguir, representa um marco importante para o equacionamento dos problemas básicos da estrutura organizacional do Estado.

Transcrevemos, a seguir, os têrmos do Convênio:

I. **Objeto** — Constitui finalidade dêste convênio a cooperação técnica, no campo da administração pública, com os seguintes objetivos:

1. Melhoria dos padrões de eficiência dos serviços públicos estaduais.
2. Estabelecimento das condições necessárias à promoção social e cultural do servidor público, especialmente através de sistema permanente de preparação profissional, treinamento técnico e acesso na carreira mediante o mérito objetivamente apurado.
2.1. A preparação profissional e o treinamento técnico a que se refere êste item continuarão a ser executados por intermédio do Instituto de Administração Pública (InAP).
3. Adoção de processos adequados de organização e de métodos simplificados e racionais de trabalho.
4. Aperfeiçoamento das técnicas de aquisição, utilização, guarda e conservação de material.
5. Análise dos fatos administrativos e suas implicações econômicas e sociais, de molde a permitir, com fundamento em dados de pesquisa, documentação e estatística, a elaboração de planos e a tomada de decisões.
6. Esfôrço para ampliar a participação da comunidade na execução dos serviços prestados pelo Estado, através de processos realistas e psicològicamente apropriados de comunicação com a opinião pública.
7. Criação de mecanismo capaz de assegurar a continuidade do sistema de aperfeiçoamento dos serviços, em tôdas as suas modalidades.
8. Implantação de dispositivos de expansão da renda pública e de aplicação eficaz dos recursos, através do aperfeiçoamento dos instrumentos tributários, dos processos de arrecadação, de elaboração do orçamento e de organização da contabilidade.

9. Também se incluem nos objetivos do convênio atividades de pesquisas e estudos tecnológicos que visam à adoção de medidas objetivas necessárias ao aproveitamento, industrialização e emprêgo das matérias-primas e ao desenvolvimento da indústria, no Estado, tendo em vista o seu progresso técnico-econômico.

II. **Execução** — 10. Os trabalhos necessários à concretização dos objetivos apontados na cláusula I serão executados por grupo misto de servidores, do Estado e da Universidade.

10.1. O Grupo de que trata êste item será dirigido por equipe de cinco (5) membros, dos quais um será o Presidente.

10.2. O Presidente da Equipe será designado pelo Governador do Estado, de acôrdo com o Reitor da Universidade; os demais membros serão indicados pelo Presidente e designados pelo Reitor ou pelo Governador, segundo se trate de servidor da Universidade ou do Estado.

11. O Estado e a Universidade porão à disposição do Grupo o pessoal de que êste necessitar, sem prejuízo dos respectivos vencimentos.

11.1 O Estado fornecerá também os recursos materiais indispensáveis ao Grupo para o desempenho de suas atribuições.

12. A Equipe dirigente do Grupo terá autonomia técnica, administrativa e de aplicação dos recursos que lhe forem destinados, sujeito, porém, à prestatação de contas.

12.1. O Grupo sòmente executará trabalho constante de programa prèviamente aprovado pelo Governador do Estado.

12.2. Mensalmente, a Equipe dirigente apresentará ao Governador do Estado e ao Reitor da Universidade relatório das atividades do Grupo, sob pena de ser dissolvida.

III. **Fiscalização** — 13. O Estado e a Universidade se reservam o direito de exercer permanente fiscalização quanto ao funcionamento do Grupo e ao emprêgo dos recursos a êle entregues.

IV. **Vigência** — 14. O prazo de vigência do convênio é de dois (2) anos, prorrogável, podendo ser êle rescindido a qualquer tempo por inadimplemência de sua cláusula ou por consenso das partes.

INSTITUTO CENTRAL DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UFMG PROMOVE I ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS POLÍTICAS

O Departamento de Ciência Política do Instituto Central de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais promoveu em 1966, a 26/27 de setembro, o I Encontro Nacional de Ciências Políticas do qual participaram, além de professôres e estagiários do Departamento, outros convidados, entre os quais a professôra Ana Maria Brasileiro, da EBAP.

Os trabalhos constaram, em seus tópicos, do seguinte:

1 — exposição sôbre a criação e o papel do Departamento de Ciência Política no quadro geral dos Institutos Centrais da Universidade;

2 — apresentação de relatórios, por parte dos professôres convidados, sôbre a situação do ensino e da pesquisa política em seus respectivos Estados;

3 — discussão das possibilidades de desenvolvimento do ensino e da pesquisa política em todo o país;

4 — necessidade de se institucionalizar o Encontro Nacional de Ciência Política, buscando-se, para isso, o apoio das diversas Universidades.

Tornou-se notória, durante o Encontro, a carência bibliográfica especializada de Ciência Política, especialmente em língua portuguêsa, o que levou o grupo participante a tomar a iniciativa de promover a edição mimeografada de **cadernos** sôbre tópicos específicos de interêsse da disciplina, para distribuição interna nas diversas Universidades, bem como a estimular a tradução e publicação de livros de Ciência Política considerados, pelos professôres, indispensáveis ao ensino da matéria. Ainda nesse sentido o Encontro Nacional apontou como interêsse prioritário para o desenvolvimento da Ciência Política brasileira, a reedição comercial de uma Coleção de Clássicos de Ciência Política Brasileira, dando o destaque merecido aos autores nacionais de obras políticas clássicas.

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em sessão realizada a 23 de junho de 1966, criou o Curso de Graduação em Administração Pública, cujo funcionamento ficou condicionado à matrícula mínima de 10 alunos.

Elaborado e aprovado o projeto de currículo do Curso, as aulas tiveram início em agôsto de 1966.

A idéia de criação dêste Curso medra desde 1959, quando foi firmado convênio entre o Ministério da Educação e Cultura, o Departamento Administrativo de Função Pública, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Govêrno dos Estados Unidos, através da USAID, com o objetivo de

criar estabelecimentos de ensino capazes de formar professôres e profissionais necessários a prover de técnicos competentes as repartições governamentais e emprêsas privadas.

Em decorrência, iniciou-se um programa de treinamento de professôres na área específica da Administração Pública, na Universidade do Sul da Califórnia, mediante a qual, de 1959 a 1965, dez professôres do Rio Grande do Sul realizaram estudos em nível de pós-graduação.

Além do Curso Superior de Graduação, a Faculdade de Ciências Econômicas oferece outros quatro: Administração de Emprêsas (criado em 1963), Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais, todos com duração de 4 anos, com currículo comum nos três primeiros semestres, e disciplinas específicas de cada curso nos cinco semestres seguintes.

O Curso Superior de Graduação tem a duração estabelecida pelo Conselho Federal de Educação, sendo as disciplinas do currículo ministradas por semestre escolar, pelo sistema de créditos. Eis o currículo comum.

I semestre:
- — Matemática Financeira (4)
- — Complementos de Matemática I (6)
- — Instituições de Direito (6)
- — Introdução à Metodologia Científica (4)

II semestre:
- — Introdução à Administração (6)
- — Complementos de Matemática II (6)
- — Sociologia Geral (6)

III semestre:
- — Contabilidade Geral (6)
- — Introdução à Economia (6)
- — Complementos de Matemática III (6)

O currículo específico do Curso de Graduação em Administração Pública apresenta as seguintes disciplinas, com os respectivos créditos:

IV semestre:
- — Introdução à Administração Pública (3)
- — Introdução à Ciência Política (6)
- — Estatística Geral (6)
- — Psicologia Social (3)

V semestre:
- — Organização e Métodos (6)
- — Finanças Públicas (6)
- — Direito Administrativo (3)
- — História Administrativa do Brasil (3)

VI semestre:
- — Administração de Pessoal (6)
- — Teoria Organizacional (3)
- — Administração Financeira (6)

VII semestre:
- — Administração de Material (4)
- — Psicologia e Relações Humanas (6)
- — Contabilidade Pública (6)
- — Sociologia do Desenvolvimento (4)

VIII semestre:
- — Administração Municipal (6)
- — Administração Estadual e Federal (4)
- — Planejamento Governamental (6)
- — Prática Profissional (4)

VISITANTES ILUSTRES

— O Instituto recebeu ainda, em julho de 1966, a visita do Prof. William S. Barnes, Coordenador do Programa de Bôlsas de Estudos para Professôres da América Latina, da Fletcher School of Law and Diplomacy, do Estado de Massachussetts, que manteve contactos com o Reitor da UFRGS e com os Diretores das Faculdades de Ciências Econômicas e Filosofia, acertando detalhes da vinda de um bolsista americano, Professor Hayer Keeler, que realizará estudos e pesquisas na área de sua especialização. O professor-bolsista estará, ao mesmo tempo que realiza seus estudos, colaborando com o Instituto de Administração como Assistente de Pesquisa e como professor-assistente da Cadeira de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia.

— Visitou o Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, em agôsto de 1966, o Prof. Frank P. Sherwood, da Universidade do Sul da Califórnia, tendo realizado diversas reuniões com professôres dêsse Instituto, na maioria seus ex-alunos na Universidade Americana.

— Em setembro do mesmo ano o Instituto de Administração recebeu a visita do Sr. Peter Bell, Assessor para Assuntos de Ciências Sociais e Administração Pública da Fundação Ford e do Prof. William Carmichael, Diretor da Escola de Administração Pública e de Emprêsas da Universidade de Cornell, Ithaca, Estado de Nova Iorque, e Consultor da Fundação Ford. A viagem dos técnicos americanos teve como objetivo acertar com os professôres do Instituto detalhes do Projeto de Pesquisa que realizarão na área de Administração Municipal.

VIAGEM DE REPRESENTANTE DO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A BELO HORIZONTE

Durante os meses de agôsto e setembro o Professor Roberto Costa Fachin, do Instituto de Administração, realizou duas viagens a Belo Horizonte, a primeira para entrar em contacto com os Professôres Robert Somers, Sociólogo da Universidade de Berkeley e Janice Perlman, do Instituto Tecnológico de Michigan, que se encontravam lecionando no Departamento de Ciências Políticas da UFMG, com o objetivo de discutir detalhes do projeto de pesquisa em Administração Municipal e a segunda para representar o Instituto no Seminário Internacional de Desenvolvimento Político, participando ainda do Encontro Nacional de Professôres de Ciências Políticas.

CURSOS DE TREINAMENTO PARA A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

Atendendo a solicitação da Diretoria Estadual da LBA o Instituto de Administração executou um programa de treinamento do pessoal técnico e burocrático daquela entidade.

O programa teve início com a aplicação de um questionário da sondagem das necessidades de treinamento dos servidores da instituição, a partir do qual foi elaborado o programa dos cursos.

O Instituto ministrou, assim, no período de 15 de outubro a 5 de dezembro de 1966, os cursos de Português e Redação Oficial, Relações Humanas, Noções de Administração, Administração e Organização de Obras de Proteção à Maternidade e Infância, Relações Públicas, Organização e Métodos, Datilografia, Administração de Pessoal e Liderança de Reuniões. A avaliação final revelou elevado índice de aproveitamento.

CURSOS INTENSIVOS DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

O êxito alcançado pelos cinco cursos de Administração Municipal realizados pelo Instituto nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso, levou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País a firmar com êle um segundo convênio para realização de nôvo programa de treinamento de funcionários municipais no período 1966/1967.

O segundo convênio prevê a realização de oito Cursos Intensivos de Administração Municipal, — dos quais participarão funcionários de 262 municípios situados na área de jurisdição da Superintendência —, que terão como sede as cidades de Pelotas, Santa Rosa e Uruguaiana, no Rio Grande do Sul; Chapecó e Joaçaba, no Estado de Santa Catarina; Pato Branco e Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná e Aquidauana, no Estado de Mato Grosso.

Os cursos, com duração de duas semanas, totalizarão, cada um, 60 horas efetivas de aula.

Os participantes receberão uma ajuda de custo para cobrir despesas de transporte, hospedagem e alimentação nos locais de realização dos cursos, procedimento êsse aplicável até o máximo de 3 funcionários por Prefeitura.

A importância e o alto alcance da iniciativa levaram muitas municipalidades a enviar, às suas expensas, maior número de servidores.

Os cursos obedecerão a dois currículos diferentes: **Currículo A,** a ser aplicado a funcionários de Prefeituras que não se beneficiaram dos cursos anteriores, e **Currículo B,** para os demais.

O **Currículo A** compreende as seguintes disciplinas: Introdução à Administração Municipal; Organização Municipal; Administração de Pessoal; Administração Tributária; Administração Orçamentária; Comunicações e Decisões Administrativas; Planejamento Governamental e Seminário sôbre o Plano Trienal.

O **Currículo B** inclui as seguintes disciplinas: Relações Públicas Municipais; Noções de Estatística; Reforma Tributária; O Orçamento do Município e a Lei Federal n.º 4320 e Planejamento Governamental.

Procurou-se dar aos cursos um currículo essencialmente prático, que tornasse seus participantes sensíveis a movimentos de reforma administrativa, proporcionando-lhes, ao mesmo tempo, condições de integração ao planejamento e desenvolvimento regionais.

Em 1966 foram realizados os cursos programados para as cidades de Pelotas, Santa Rosa, Uruguaiana, Chapecó e Foz do Iguaçu.

Os três restantes serão realizados até abril dêste ano.

REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA DE SANTA ROSA

Atendendo a pedido de colaboração encaminhado pelo Prefeito Municipal de Santa Rosa, o Instituto de Administração elaborou para aquela Municipalidade um projeto de reforma a ser executado em dez meses, abrangendo as seguintes áreas: 1) Tributação; 2) Orçamento; 3) Contabilidade; 4) Reestruturação e Racionalização dos Serviços e 5) Administração de Pessoal.

A proposta foi encaminhada à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, para ser estudada a possibilidade de financiamento total ou parcial do projeto por aquêle órgão.

RETORNA AOS ESTADOS UNIDOS PROFESSOR AMERICANO

O Coordenador do Programa de Administração de Emprêsas do Instituto de Administração, Prof. Joseph Adolph Hardstrom, um dos primeiros professôres americanos a prestar colaboração à UFRGS em decorrência do convênio firmado entre aquela Universidade e a USAID/Brasil para instituição do ensino de Administração Pública e de Emprêsas naquele Estado, retornou aos Estados Unidos após uma estada de 6 anos no Brasil.

Durante sua permanência no Instituto o Prof. Hardstrom desenvolveu intenso programa de recrutamento e seleção de alunos do Instituto candidatos a bôlsas-de-estudo para realização de trabalhos de pós-graduação em Administração de Emprêsas na Universidade de Michigan.

Foi grande entusiasta da criação do Curso de Graduação em Administração de Emprêsas, instituído em 1963, tendo paraninfado sua primeira turma.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

A Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais da Universidade Federal do Pará realizou, de 3 a 7 de outubro próximo passado, através de seus Cursos de Administração, um Seminário sôbre Administração

Financeira com o objetivo de debater assuntos que, ligados ao tema, fazem sentir suas repercussões no contexto econômico-social da comunidade brasileira.

O seminário realizado, apesar de não poder examinar com a profundidade científica desejada e necessária os assuntos que lhe serviram de tema, objetivou dar ao grupo que dêle participou um conjunto de diretrizes e informações, capaz de servir de base a um estudo mais acurado da matéria.

As sessões foram realizadas na própria Faculdade e tiveram a audiência exclusiva de alunos universitários.

A Coordenação do Seminário foi exercida pelo Prof. Pedro José Martim de Mello, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais e Coordenador dos Cursos de Administração.

Transcrevemos, a seguir, os temas e conferencistas dêles encarregados:

"O orçamento como instrumento de programação governamental" — Prof. Olegário Pereira Reis, da Universidade Federal do Pará;

"Os recursos financeiros e o planejamento empresarial" — Prof. Nelson de Figueiredo Ribeiro, da Universidade Federal do Pará;

"Os custos e a contabilidade social" — Prof. Ramiro Fernandes Nazaré de Figueiredo Ribeiro, da Universidade Federal do Pará;

"As finanças públicas e o planejamento governamental" — Prof. Adriano Veloso de Castro Menezes, da Universidade Federal do Pará e Secretaria de Estado das Finanças.

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

Os estudantes dos Cursos de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais da Universidade Federal do Pará realizaram ampla pesquisa de opinião pública com o objetivo de tomar a impressão que tem a população de Belém sôbre os serviços prestados pelo govêrno municipal.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas sucessivas, na primeira das quais foram distribuídos 1.000 questionários, cujos resultados foram estudados e tabulados. A segunda etapa compreendeu a distribuição de 2.000 questionários. A cidade foi dividida em zonas e as residências escolhidas pelo critério da amostragem.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE)

1.ª REUNIÃO DE CONSULTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO NORDESTE

Realizou-se no Recife, de 12 a 13 de outubro próximo passado, a 1.ª Reunião de Consulta de Administração Pública do Nordeste, promovida pela SUDENE, com os seguintes objetivos:

1.º) definir as áreas de atuação dos órgãos de administração subsidiados por recursos resultantes de Convênios SUDENE/USAID;

2.º) apresentar sugestões para o esquema de providências a ser elaborado pelo Grupo Coordenador da Administração Pública

(GCAP), para prestação de assistência às organizações enquadradas nos critérios estabelecidos em portaria da SUDENE.

Participaram dêsse encontro o Coordenador do Grupo Coordenador de Administração Pública; o Diretor do Instituto de Serviço Público; o Diretor da Escola de Administração de Salvador; o Diretor do Centro Regional de Administração Municipal; o Diretor da Escola Superior de Administração do Recife; o Coordenador do Centro Regional de Treinamento para Administradores; o Diretor da Escola de Administração de Fortaleza; o Chefe da Divisão de Administração da USAID/NE; o Diretor do Departamento de Recursos Humanos da SUDENE; o Diretor da Assessoria Técnica da SUDENE e o Diretor da Assessoria de Cooperação Internacional da SUDENE, além do Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Dr. Murilo Humberto de Barros Guimarães, que presidiu a sessão de abertura, do Superintendente da SUDENE, Dr. Rubens Costa, e de Mr. Donor Lion, Diretor da USAID no Nordeste.

A essa Reunião o ISP apresentou documento que enfeixa a síntese de suas contribuições no campo da assistência técnica, especialmente no que se relaciona com o Programa de Reforma Administrativa do Estado da Bahia, cobrindo tôdas as áreas das atividades-fim e atividades-meio da administração do Estado. O relato das atividades reflete a experiência acumulada pelo ISP, dando uma visão ampla das áreas em que o Instituto está capacitado a atuar.

Transcrevemos, a seguir, as recomendações finais aprovadas na 1.ª Reunião de Consulta de Administração Pública do Nordeste:

1. Louvar a decisão tomada pela SUDENE de elevar o GAP ao nível de planejamento e coordenação e recomendar a imediata programação global dos projetos de Administração Pública no Nordeste.
2. Louvar a iniciativa do GPCAP de promover a reunião de consultas e sugerir a adoção sistemática da participação das entidades executoras no processo de programação aludido na recomendação anterior.
3. Louvar a orientação do GPCAP no sentido de acompanhar o andamento dos processos de interêsse dos órgãos executores, providenciando sua rápida tramitação entre os vários departamentos da SUDENE.
4. Recomendar a seguinte divisão de áreas de atuação das entidades executoras:
   - — formação de administradores em nível de ensino superior: Escolas Superiores de Administração;
   - — preparo de analistas e pessoal auxiliar: Escolas de Administração de nível médio;
   - — administração estadual: ISP;
   - — administração municipal: CRAM;
   - — treinamento em administração específica: CERTA.
5. Com relação à atuação do ISP, recomenda-se:

a) os programas de assistência técnica deverão compreender atividades de pesquisa e treinamento;

b) em princípio, o ISP atuará na base de programas globais, nos quatro (4) sentidos expressos no seu documento apresentado à 1.º Reunião de Consulta;

c) os programas de reforma incluirão necessàriamente uma fase de implantação equivalente, pelo menos, ao dôbro das fases de levantamento, análise e projetamento juntas;

d) a extensão dos serviços de assistência técnica será condicionada aos planos de financiamento, que deverão sempre ser entendidos com 2 partes distintas:

— uma fixa permanente, para assegurar a continuidade da instituição;

— uma variável, para custear cada programa.

6. Recomendar à Coordenação do GPCAP que proporcione flexibilidade ao CERTA no sentido de que possa realizar, nos Estados sob sua jurisdição, cursos de treinamento em áreas específicas, tendo em vista as prioridades estabelecidas na programação geral do GPCAP.

7. As áreas de atuação fixadas nesta resolução não são incompatíveis. Ao contrário, elas se integram na programação comum de melhorar a Administração Pública do Nordeste podendo, inclusive, ser delegadas atribuições de uma entidade a outra, dependendo da conveniência de certas oportunidades, desde que haja acôrdo e consentimento da SUDENE.

8. Considerando que um dos objetivos do GPCAP é o de promover a formação de futuros administradores, recomendar que seja prestada às Escolas de Administração assistência técnica e financeira às suas atividades de ensino, compreendidos como tais os cursos de formação, de pós-graduação, de especialização e especiais, sempre que êstes últimos não colidam com a programação de treinamento para assistência técnica promovida pelos órgãos executores.

9. Recomendar a criação e manutenção de um programa de estágios para concluintes e recém-formados em administração pública, nas entidades executoras (CERTA, CRAM, ISP e GPCAP) com base na concessão de bôlsas para êsse fim, visando, inclusive, atender à exigência do Conselho Federal de Educação.

10. Recomendar ao Coordenador do GPCAP que examine a possibilidade de obter recursos internacionais em outras fontes além da USAID, destinados, principalmente, a equipamentos e treinamento especializado.

11. Recomendar aos órgãos executores (CERTA, CRAM e ISP) o envio de cópias dos Relatórios Mensais de suas atividades ao GPCAP, bem como Relatórios Finais dos projetos por êles executados, a fim de facilitar as tarefas de planejamento e coordenação do GPCAP.

12. Recomendar que cada órgão executor envie ao GPCAP cópia de todos os seus trabalhos para distribuição aos outros órgãos congêneres.

13. Estabelecer a sistemática de Reuniões de Consultas dos Órgãos Executores, quadrimestralmente, como forma específica para conseguir

uma programação global, destinada aos projetos de administração pública regional.

14. Definir as Plenárias destas Reuniões como fonte de consulta e avaliação do GRUPO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
15. Recomendar a execução de cursos e normas sôbre a elaboração de relatórios.
16. Recomenda-se que os órgãos executores informem ao GPCAP sôbre as possibilidades de prestação de assistência técnica à Escola de Administração de Campina Grande.
17. Para que haja maior rendimento do pessoal qualificado a serviço dos Órgãos Executores, deverá haver entre êles permuta de técnicos e, sempre que possível, a utilização, nos programas de cada um, dos técnicos e profissionais disponíveis nas outras.
18. Louvar a iniciativa do GPCAP de criação de uma revista especializada em Administração Pública, trimestral, cuja diretoria será composta pelos diretores de cada órgão participante desta Reunião.
    A parte redacional ficará a cargo dos técnicos dos quadros de todos os órgãos, tendo outros técnicos como colaboradores ocasionais.
    A coordenação ficará sob a responsabilidade do GPCAP, e dela participarão dois secretários de redação, um do GPCAP e um do CRAM.
    Cada órgão participante se constituirá em uma sucursal da revista.
19. Manifestar integral apoio à iniciativa do GPCAP, no sentido de orientar e controlar os serviços de emprêsa técnica em administração que venham a ser partes em contratos que visem a execução de programas a cargo dos Órgãos Executores. Tal contrôle será exercido quanto à idoneidade e ao aparelhamento das referidas emprêsas.
20. Manifestar o reconhecimento pela valiosa contribuição da equipe da USAID em tôdas as fases da criação e implantação das entidades aqui reunidas.

FACULDADE MUNICIPAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE SANTO ANDRÉ

INSTALAÇÃO DE CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Foi instalado, em março de 1966, junto ao Curso de Matemática da Faculdade Municipal de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André, mantida pela "Fundação Santo André", o Centro de Processamento de Dados daquela Faculdade.

Com a colaboração da Prefeitura Municipal de Santo André e a cooperação da Burroughs do Brasil S.A., a "Fundação Santo André" adquiriu um computador B-300/500, assumindo, de pronto, vários compromissos com a Prefeitura daquela cidade, o primeiro dos quais foi o lançamento dos tributos imobiliários.

O conjunto eletrônico adquirido fará, em apenas 20 horas, a emissão dos tributos sôbre a propriedade imobiliária urbana, compreendendo aproximadamente 240.000 avisos-recibos da Prefeitura de Santo André, impressos individualmente, correspondentes a 80.000 lançamentos, trabalho que antes demandava vários meses. Além disso, fornecerá como subproduto dados estatísticos que possibilitarão conhecer o total arrecadado para cada rubrica, o número exato de prédios da cidade, o total de área construída e sua destinação (residencial, comercial e industrial).

Para a execução dêsse trabalho foi constituída uma equipe mista de funcionários da Prefeitura e da Fundação, sob a Coordenação do Diretor do Centro Eletrônico de Processamento de Dados.

Outros trabalhos estão em pauta para realização futura pelo Centro de Processamento: lançamento da taxa de água; análise diária da receita; fôlha de pagamento dos servidores da Prefeitura; lançamento e contrôle de arrecadação de contribuição de melhoria referente aos serviços de calçamento, guia e sarjeta, rêde de água e de esgôto; extensão da rêde de energia elétrica; contrôle de estoque e das despesas com material.

O Centro de Processamento desenvolve, ainda, outras atividades complementares, com o objetivo de divulgar conhecimentos referentes ao trabalho de computação eletrônica de dados, mediante cursos, um dos quais já realizado em princípio de 1967, sôbre "Introdução à Computação Eletrônica". Outro curso, que terá como tema "Introdução à Computação Dinâmica", está programado para data ainda não determinada, e ficará a cargo de professor da Escola Politécnica da USP.

O trabalho realizado pela "Fundação Santo André", através do Centro Eletrônico de Processamento de Dados, abre para a Prefeitura da cidade paulista perspectivas novas, capazes de alçar os serviços públicos aos elevados níveis técnicos e de eficiência responsáveis pelo progresso das emprêsas particulares.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

DEPUTADOS E TÉCNICOS EM SIMPÓSIO RECOMENDAM RENOVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Com a participação de representantes das Assembléias Legislativas e dos governos de dezenove Estados, dos Ministérios da Justiça e do Interior, do Tribunal de Contas da União, do IBGE e do SERFHAU, encerrou-se na tarde de 2 de abril o Simpósio sôbre a adaptação das constituições estaduais à Constituição de 1967, no capítulo referente aos Municípios, promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal com a colaboração do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas.

Os trabalhos do Simpósio contaram com o assessoramento de um grupo de especialistas presidido pelo Dr. Themístocles Brandão Cavalcanti e constituído do Ministro Aliomar Baleeiro e dos Professôres Célio Borja, Orlando Carvalho, Hely Lopes Meirelles, Paulo Neves de Carvalho, Diogo Lordello de Mello, Harry Cole e Rubens de Mattos Pereira.

O Simpósio fêz várias recomendações aos Governadores, às Assembléias Legislativas e ao Govêrno Federal no sentido de se aperfeiçoarem as instituições municipais brasileiras, tornando-as mais responsáveis e mais voltadas para a técnica administrativa e o planejamento. Dentre essas recomendações destacam-se as referentes à adoção do administrador profissional nos Municípios mais importantes (espécie de "city-manager") adaptado às condições brasileiras; à fiscalização das contas dos Prefeitos pelas próprias Câmaras mas com recurso, sempre, para órgãos fiscalizadores do Estado; à introdução da Auditoria Financeira interna e externa nos Municípios; à punição com a perda do mandato, dos Vereadores faltosos que deixem as Câmaras sem se reunirem por longos períodos; ao estabelecimento de condições mais rigorosas para a criação de novos Municípios; ao processo de intervenção do Estado no Município; à criação de autarquias intermunicipais para a realização de obras e serviços de interêsse comum de vários Municípios; à criação de áreas Metropolitanas; à institucionalização do planejamento local integrado; à prestação de assistência técnica aos Municípios através das Universidades e à racionalização do sistema de auxílios e subvenções, mediante a técnica dos subsídios condicionados.

O IBAM fará chegar as conclusões do Simpósio, imediatamente, a todos os Deputados Estaduais, Governadores de Estado, Deputados Federais e Senadores e órgãos governamentais interessados, a fim de que se aproveite a oportunidade de adaptação das constituições estaduais e elaboração das leis complementares federais sôbre os Municípios para a renovação das instituições municipais naqueles aspectos.

IBAM SUGERE POLÍTICA MUNICIPALISTA AO NÔVO GOVÊRNO

A análise dos principais problemas dos municípios e as alternativas para a solução dos mesmos, feita pelo Diretor-Executivo do IBAM, Prof. Diogo Lordello de Mello, foi entregue pelo Dr. Alim Pedro ao Marechal Costa e Silva, em trabalho no qual é enfocada a agudeza dos problemas da Cidade, que já apresenta um crescimento de 6% ao ano, enquanto o campo, com as grandes migrações internas, não ultrapassa 3% ao ano.

Propõe o trabalho uma reformulação da política municipalista até agora adotada, fixando em quatro pontos essenciais a sistemática de auxílios e subvenções: vinculação dos empréstimos a programas federais racionalmente concebidos; eliminação do clientelismo político e adoção de critérios automáticos para subvenções; condicionamento do auxílio à observância de padrões técnicos necessários à correta execução do projeto; e, co-participação financeira da entidade beneficiada.

Segundo o Diretor-Executivo do IBAM, a nova política se resume na valorização efetiva do município e na sua transformação em parceiro eficaz da União e dos Estados na propulsão do desenvolvimento nacional.

As experiências de maior êxito hoje em dia, tanto nos países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento, no que diz respeito ao papel dos governos locais no processo de desenvolvimento ou na solução dos problemas

que afligem os grandes centros urbanos é o de servirem como executores de programas concebidos, financiados ou coordenados pelas esferas superiores de govêrno. Estas são, geralmente, as únicas que podem não apenas assumir os encargos financeiros de tais programas mas estabelecer critérios para a redistribuição das receitas públicas pelas diferentes regiões do País, fazendo que se chama, em Direito Constitucional, de compensação de finanças, não através da redistribuição direta do produto da arrecadação, mas por meio de programas racionais de auxílios e subvenções e de mecanismos de financiamento de projetos e programas de interêsse local.

O IBAM E O CONGRESSO DE BANGCOC

Embora não participando diretamente do 18.º Congresso Internacional de Autoridades Locais, promovido pela "International Union of Local Authorities" (IULA), na cidade de Bangcoc, Tailândia, entre os dias 3 e 11 de fevereiro, o IBAM estêve presente através de trabalho realizado a pedido daquela organização internacional.

Tendo como tema para o congresso "Os Serviços de Utilidade Pública", teve a IULA o cuidado de, preliminarmente, enviar aos países participantes um longo questionário versando sôbre todos os aspectos do assunto em pauta. Coube ao IBAM, como órgão técnico especializado em assuntos de govêrno local, responder ao referido questionário, contribuindo, assim, para a elaboração do documento básico do Congresso.

IBAM SELECIONA CANDIDATOS A BÔLSAS-DE-ESTUDO NO EXTERIOR

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal vem sendo cada vez mais procurado pelos representantes de vários países e organizações internacionais, que solicitam seus serviços para a seleção de candidatos a bôlsas-de-estudo no exterior.

Presentemente, está o IBAM recrutando candidatos para bôlsas no Chile, Estados Unidos e Inglaterra. No Chile, as bôlsas, com duração de seis a oito semanas, são para especialistas no campo do Urbanismo e da Política Habitacional, e nos Estados Unidos as bôlsas são para estudos de Administração Pública e Urbanismo, na Universidade de Pittsburgh, com igual duração.

As bôlsas na Inglaterra serão para estudos de Administração Municipal nas Universidades de Birmingham e Manchester, e terão a duração de seis meses. Maiores esclarecimentos poderão ser solicitados diretamente ao IBAM.

ASSESSORIA TÉCNICA

Comparado com o ano anterior foi bem maior, em 1966, o número de projetos específicos executados **in loco** pela Assessoria Técnica e ainda maior o volume dos serviços realizados. Cresceu também o movimento da Consultoria Técnica e do Laboratório de Administração Municipal, serviços que o Instituto presta às prefeituras e câmaras municipais sem ser necessário o deslocamento de seus técnicos para fora da sede.

Vale ressaltar que êsse aumento se deu apesar do surgimento, nos últimos anos, de vários órgãos estaduais e regionais de assistência aos municípios, alguns bem atuantes e dotados de recursos substanciais. Isso revela o interêsse cada vez maior que a assistência técnica vem despertando nos governos municipais, que estão compreendendo a necessidade de adotarem critérios de racionalidade para a solução dos problemas que enfrentam. Ademais, a tendência reflete também o aumento das responsabilidades dos municípios como prestadores de serviços à população e à crescente complexidade das atividades governamentais. Efetivamente, o IBAM tem verificado, nos serviços que é chamado a prestar, a preocupação das autoridades municipais por uma problemática cujas componentes transcendem às questões rotineiras para incluir aspectos dinâmicos e modernizantes da ação governamental. A receptividade para o treinamento como processo de internalização das reformas e a aceitação de soluções novas são manifestações dessa abertura dos governos municipais para as idéias e técnicas administrativas avançadas.

TRABALHOS REALIZADOS

Prefeitura de Campinas

Tiveram início, em julho de 1966, os trabalhos de reorganização dos serviços administrativos da Prefeitura de Campinas, terceira cidade do Estado de São Paulo e um dos mais importantes centros industriais do País.

Os serviços compreendem a implantação de sistemas de administração geral perfeitamente articulados (pessoal, material, comunicações, transportes, contabilidade, tributação, orçamento), a reorganização do quadro de pessoal e a elaboração do respectivo plano de pagamento, a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura e dos órgãos descentralizados e a realização de uma série de cursos de treinamento para o funcionalismo.

Os sistemas administrativos serão implantados com o auxílio de manuais de serviço e do treinamento do pessoal na aplicação dos procedimentos e rotinas correspondentes.

O término dos trabalhos está previsto para junho de 1967.

Hospital Metropolitano do Recife

O IBAM foi chamado pelo Govêrno de Pernambuco para organizar e implantar tôda a administração do Hospital Regional do Recife, uma das maiores obras do gênero no País, com capacidade para 380 leitos e construído e equipado segundo a técnica mais moderna.

Os trabalhos a cargo do IBAM incluem desde a elaboração das minutas dos atos constitutivos da fundação que administrará o hospital até a implantação dos sistemas de administração geral, cabendo-lhe, ainda, orientar o recrutamento e a seleção do pessoal que irá servir à entidade.

Os trabalhos, que tiveram início em agôsto de 1966, deverão estar concluídos no princípio de 1967.

Secretaria de Assuntos Municipais e Serviços Urbanos da Bahia

Em convênio com o Instituto de Serviço Público da Bahia, entidade responsável pela reforma administrativa daquele Estado, incumbiu-se o IBAM de organizar a Secretaria de Assuntos Municipais e Serviços Urbanos, criada pela lei que reestruturou a administração baiana e primeira Secretaria de Estado, no gênero, em nosso País.

Os trabalhos compreenderam a estruturação do órgão, a elaboração dos regimentos e regulamentos de suas principais unidades de serviço, a organização do Instituto de Urbanismo e Administração Municipal (IURAM), sob a forma de fundação vinculada à Secretaria e o treinamento de uma equipe de vinte técnicos para o Instituto. Pelo esquema, a assistência técnica aos municípios do Estado passará a ser prestada pelo IURAM que substituirá o extinto Departamento das Municipalidades.

Reforma Tributária

A fim de facilitar aos municípios a adaptação de sua legislação fiscal à reforma tributária instituída pela Emenda Constitucional n.º 18 e pela Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, promoveu o IBAM a atualização de seu modêlo de código tributário municipal, do qual foi feita uma quarta edição, inteiramente de acôrdo com a nova discriminação de rendas. O trabalho, publicado apenas uma semana após a sanção da Lei 5.172, foi patrocinado pelo Serviço Nacional dos Municípios (SENAM), que organizou a sua distribuição simultânea a todos os municípios do País através de 29 pontos de distribuição localizadas nas capitais dos Estados e outras cidades estratègicamente situadas. Dêsse modo, durante dez dias, o modêlo, acompanhado de instruções para a sua adaptação às condições locais, foi distribuído a cêrca de setenta por cento (70%) das prefeituras do País, numa operação inédita destinada a permitir aos municípios a modificação de sua legislação fiscal em tempo hábil, já que a reforma tributária entraria em vigor a 1.º de janeiro de 1967.

É interessante observar que a 4.ª edição do modêlo do IBAM se manteve igual às edições anteriores em muitos pontos que foram objeto de inovação pela reforma. Isso se explica por se haver o IBAM antecipado de quase dez anos na adoção de certos princípios que a atual reforma veio finalmente consagrar. Entre outros podem ser citados: adoção do valor venal como base de cálculo dos impostos imobiliários, a conceituação do impôsto de licença como taxa e a sua fundamentação no exercício do poder de polícia, a tomada do custo da obra como dado principal para o cálculo da contribuição de melhoria, além de vários dispositivos referentes à parte geral da legislação tributária. Na verdade, dada a grande penetração que o modêlo do IBAM vem tendo, desde que foi lançado pela primeira vez em 1958, a reforma veio encontrar muitos dêsses princípios e dispositivos em plena vigência em grande número de municípios.

As atividades do IBAM com relação à reforma tributária não se limitaram, porém, à atualização de seu modêlo de código tributário. O Instituto

colaborou, também, com a Comissão de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda na elaboração do anteprojeto da Lei 5.172 e ministrou, sob os auspícios do SENAM ou por iniciativa própria, doze cursos intensivos destinados a explicar a reforma aos funcionários fazendários municipais. Além disso, respondeu a mais de uma centena de consultas sôbre o assunto e forneceu às prefeituras dezenas de modelos de textos complementares ou regulamentares da legislação tributária local.

Centro Regional de Administração Municipal (CRAM)

Tão logo foi constituído, mediante convênio entre a SUDENE, a Universidade Federal de Pernambuco e a USAID, o Centro Regional de Administração Municipal, com sede no Recife, firmou dois convênios com o IBAM para receber assistência técnica durante os seus dois primeiros anos de funcionamento.

O primeiro convênio teve por objeto um curso para aperfeiçoamento da equipe técnica do Centro e o segundo prevê várias modalidades de assessoramento do IBAM aos programas de assistência técnica que o órgão deve executar dentro de suas finalidades de assistir os municípios do Nordeste. A idéia dessas medidas é permitir uma transferência, em larga escala, ao pessoal do CRAM, da experiência acumulada pelo IBAM nos seus quinze anos de existência. Está prevista também a cessão de cópias dos modelos de códigos, leis básicas, regulamentos, rotinas, formulários e fichas do Laboratório de Administração Municipal, assim como de setecentos pareceres selecionados, proferidos pela Consultoria do Instituto.

Consultoria Técnica

Elevaram-se a 486 as consultas respondidas pela Consultoria Técnica em 1966, num aumento superior a 50% em relação ao ano anterior. Dessas consultas, 286 foram respondidas por meio de parecer escrito e 200 por telegrama e telefone, não estando incluídas nesses números centenas que foram atendidas pessoalmente, quando da visita de prefeitos e funcionários municipais ao IBAM.

Dos pareceres emitidos por escrito, 74 se referiram a tributação, 60 a pessoal e os restantes aos mais variados assuntos de direito e administração municipal. As profundas modificações introduzidas na legislação pela reforma tributária e pelos atos complementares deixaram as autoridades municipais muitas vêzes perplexas diante da interpretação dos novos textos legais e foram certamente responsáveis, em parte, pelo acréscimo do número de consultas formuladas ao IBAM.

Assessoria de Cursos

Foi notável, em 1966, o incremento das atividades de treinamento do IBAM. Foram realizados vinte e quatro cursos diversos, com a duração de

uma semana a seis meses e a participação de 2.288 alunos, enquanto que, no ano anterior (1965), foram ministrados dez cursos para 435 participantes.

Êsse extraordinário aumento reflete, de um lado, a tendência já apontada para a procura dos serviços do IBAM por outros órgãos de assistência técnica e, de outro, a política adotada de fazer com que os programas de treinamento do Instituto, ao invés de se cristalizarem em cursos de escopo geral e natureza permanente, sejam voltados para o atendimento de necessidades específicas e atuais dos municípios. Assim, a reforma tributária ensejou a realização de doze cursos em 1966. O esfôrço que vem sendo realizado pelo Govêrno Federal, dentro do programa da Aliança para o Progresso, para melhorar a posição do País no setor de abastecimento d'água às populações urbanas, exigiu a realização de três seminários para administradores de serviços de água e os trabalhos de reorganização de Prefeituras foi acompanhado de três cursos para o funcionalismo respectivo.

O IBAM não aspira, por motivos de orientação metodológica e por limitações de ordem prática, a soluções globalistas para as reformas que busca introduzir nas práticas de govêrno e administração municipal do País. Daí o caráter seletivo de seus programas de treinamento, que visam a operar mudanças em setores determinados da atuação do poder municipal, nos quais existem condições apropriadas para a obtenção de resultados eficazes.

Dos vinte e quatro cursos realizados em 1966, apenas um foi ministrado inteiramente no Rio de Janeiro, como já é de tradição. Os demais, ou tiveram lugar totalmente em capitais de Estado e cidades do interior ou, tendo sido iniciados no Rio de Janeiro, foram deslocados para outras cidades, a fim de permitir aos participantes observações **in loco,** ou a realização de trabalhos de campo.

CURSOS REALIZADOS

II Curso de Metodologia do Urbanismo e Administração Municipal

Tendo em vista o êxito do curso anteriormente realizado, visando à formação de urbanistas de operações para órgãos estaduais e regionais de assistência aos municípios, o SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), autarquia do Banco Nacional de Habitação, solicitou ao IBAM a repetição da experiência levada a efeito em 1965. Além de custear as despesas com a execução do curso, o SERFHAU concedeu a cada participante uma bôlsa de quatrocentos e cinqüenta mil cruzeiros mensais e ajuda para viagem e livros. O curso, como o anterior, teve a duração de seis meses, tendo dêle participado vinte e dois arquitetos e dois técnicos de administração de vários Estados brasileiros. A seleção cuidadosa dos participantes permitiu excelente aproveitamento, tornando possível, à luz da experiência do ano anterior, a execução de um programa prático e essencialmente voltado para as necessidades do País.

O curso constou de três meses de embasamento teórico desenvolvidos no Rio de Janeiro, após o que os participantes foram levados a São Paulo

para uma semana de observação de trabalhos de planejamento já realizados. Em seguida, o grupo se deslocou para o norte do Estado do Paraná, onde teve lugar o treinamento prático correspondente a dois meses e meio de trabalho. Essa parte constou de planos preliminares de urbanismo para as cidades de Cambará, Bandeirantes, Santo Antônio da Platina e Jacarèzinho. Os alunos foram divididos em equipes de seis elementos e, durante os trabalhos práticos, tiveram oportunidade de aplicar os conhecimentos prèviamente adquiridos.

O curso teve a coordenação permanente da urbanista Adina Mera. Pronunciaram conferências e ministraram aulas mais de cinqüenta renomados especialistas no campo de urbanismo, da sociologia, da ecologia, da geografia, da economia, da administração, do direito, da pesquisa sócio-econômica, do paisagismo e da recreação, disciplinas necessárias à perfeita compreensão do fundamento interdisciplinar do urbanismo. A metodologia adotada no curso representa uma inovação marcante no ensino do urbanismo no Brasil.

Tanto as quatro municipalidades objeto dos estudos como a Companhia de Desenvolvimento Municipal do Paraná (CODEM), demonstraram grande interêsse pelos trabalhos. A CODEM acompanhou tôda a última fase do curso e garantiu implementar as recomendações dos planos preliminares.

IV Curso para Venezuelanos

Ao contrário dos dois anteriores, o IV Curso Especial de Administração Municipal para Venezuelanos teve caráter eminentemente prático. Em virtude de tal orientação, o curso de 1966 foi de maior duração (seis meses) do que os anteriores, contando com cinco participantes. Após o período de dois meses e meio dedicados à fundamentação teórica da matéria, os alunos passaram a integrar as equipes de trabalho responsáveis pela reorganização da administração financeira da Prefeitura de Campinas e pelo levantamento do cadastro fiscal da Prefeitura de Campo Limpo, em São Paulo.

Como de vêzes anteriores, o curso teve o patrocínio da Fundação Venezuelana para o Fomento Municipal e o Desenvolvimento da Comunidade e da USAID.

Curso para o CRAM

A fim de atualizar os conhecimentos da equipe técnica que reuniu, e familiarizá-la com a metodologia da assistência aos municípios, o Centro Regional de Administração Municipal (CRAM), logo após sua criação pela SUDENE, solicitou ao IBAM um curso especial de administração municipal, cobrindo as diversas áreas da administração geral e a organização dos serviços externos das prefeituras.

O curso foi realizado no Recife e teve a duração de quatorze semanas. Os trabalhos se desenvolveram em regime de tempo integral, tendo sido adotada uma metodologia especial visando não sòmente a transmitir conhecimentos, como também a treinar a equipe, através de trabalhos práticos, nos mé-

todos de prestação de assistência técnica às municipalidades nordestinas. Freqüentaram o curso doze técnicos do CRAM.

Curso para o IURAM

Semelhante ao que foi feito para o CRAM, o IBAM realizou um curso especial de administração municipal destinado ao aperfeiçoamento da equipe técnica do Instituto de Urbanismo e Administração Municipal, criado em 1966 como fundação vinculada à Secretaria de Assuntos Municipais e Serviços Urbanos do Estado da Bahia.

O curso teve duração e seguiu metodologia idêntica ao que foi ministrado para o CRAM, tendo sido freqüentado por vinte técnicos.

Cursos de Tributação Municipal

Acompanhando a reforma tributária desde que o assunto entrou na sua fase de concretização em 1965, procurou o IBAM manter os municípios permanentemente informados, durante todo o ano de 1966, sôbre as modificações que o nôvo sistema de discriminação de rendas introduziu no regime tributário municipal.

O ponto alto dêsse trabalho de orientação das autoridades municipais consistiu, no ano passado, no lançamento da 4.ª edição do modêlo de código tributário municipal devidamente atualizado e na realização de doze cursos intensivos, de uma semana, para funcionários fazendários das prefeituras.

Dez dêsses cursos foram patrocinados pelo SENAM, que concedeu a cada participante uma bôlsa de sessenta mil cruzeiros para despesas de viagem e foram ministradas nas cidades de Manaus, São Luiz, Fortaleza, João Pessoa, Salvador, Vitória, Belo Horizonte, Goiânia, Curitiba e Joinville. Nas nove primeiras dessas cidades, o IBAM e o SENAM tiveram a colaboração do órgão estadual de assistência aos municípios e, em Joinville, da Prefeitura local. Participaram dêsses dez cursos 1.584 funcionários.

Os dois outros cursos dessa série foram de iniciativa exclusiva do IBAM e tiveram lugar nas cidades de São Bernardo do Campo e São Paulo, com a participação de 184 funcionários fazendários de diversas prefeituras paulistas.

Os cursos foram dados simultâneamente no norte e no sul do País, entre os meses de setembro e novembro, tendo o IBAM mobilizado quatro professôres para a tarefa.

Graças à valiosa colaboração do SENAM e dos órgãos estaduais, essa iniciativa permitiu que uma parte substancial de tôdas as prefeituras do País tomasse conhecimento da reforma tributária em tudo aquilo que pudesse interessar às municipalidades.

Curso de Administração Municipal e Noções de Planejamento Urbano

Sob os auspícios do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), órgão técnico do Banco Nacional de Habitação, realizou o

IBAM, de 3 de outubro a 11 de novembro, um curso de Administração Municipal e Noções de Planejamento Urbano, destinado a assessôres de prefeitos de cidades médias e grandes. O SERFHAU custeou o curso e concedeu a cada participante uma bôlsa de trezentos mil cruzeiros, além do auxílio para despesas de viagem e aquisição de livros.

O curso teve a duração de seis semanas e a presença de trinta e dois funcionários graduados de 19 prefeituras e de dois órgãos estaduais. Seu objetivo foi o de informar os participantes sôbre a política de planejamento urbano e habitação desenvolvida pelos órgãos federais que operam nesse setor, sensibilizando-os para a importância do urbanismo e da boa administração como fatôres de desenvolvimento local e nacional.

Seminários para Administradores de Serviços de Abastecimento D'água

Como parte da colaboração que vem prestando, desde 1963, aos esforços do Govêrno Brasileiro e da USAID, dentro do programa da Aliança para o Progresso, no sentido de equacionar e resolver o problema do abastecimento d'água das cidades brasileiras, o IBAM inaugurou, em agôsto de 1966, uma série de seis seminários sôbre administração de serviços de abastecimento d'água destinados a diretores de serviços municipais e estaduais de água e esgotos. A iniciativa tem o patrocínio do Conselho Técnico da Aliança para o Progresso (CONTAP) e da USAID e conta com a colaboação da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FIESP).

Durante o ano de 1966 foram realizados três dos seis seminários com a presença total de cinqüenta e dois participantes. A duração de cada seminário foi de quatro semanas. Nas três primeiras, passadas no Rio de Janeiro, foram examinados os vários aspectos da organização e administração dos serviços de abastecimento d'água e, na última, tiveram os participantes a oportunidade de observar o funcionamento e a organização de um serviço bem administrado.

Aos participantes é conferida uma bôlsa de trezentos e noventa mil cruzeiros e ajuda para despesas de viagem.

Cursos para as Prefeituras de Campinas, Limeira, Joinville e Jataí

Com a finalidade de sensibilizar o funcionalismo para as reformas propostas pelo IBAM e, além dessa, de aprimorar os seus conhecimentos das técnicas administrativas, foram realizados cursos de treinamento para os servidores das Prefeituras de Campinas, Limeira, Joinville e Jataí, cobrindo as principais áreas da admin stração geral e mais as de relações humanas e organização e métodos.

O curso de Campinas foi assistido por 290 funcionários, inclusive diretores e chefes. Os participantes foram divididos em grupos, segundo o seu nível hierárquico e os serviços a que pertencem.

Em Limeira, tomaram parte no treinamento 15 servidores, em Joinville 60 e, em Jataí, 10.